

**TRANÇANDO A ESCUTA E O INVISÍVEL NA RELAÇÃO:
uma proposta metodológica para uma comunicação
emancipadora¹**
**WEAVING LISTENING AND THE INVISIBLE IN THE
RELATIONSHIP: a methodological proposal for an
emancipatory communication**

Sarah Fontenelle Santos²
Maria Gislene Carvalho Fonseca³
Seane Alves Melo⁴

Resumo: *Este trabalho tem por objetivo delinear o processo metodológico da escuta como organicidade no processo de elaboração de uma comunicação e de um jornalismo insurgente, de mobilização e de complementaridade ao território. Analisamos duas reportagens publicadas na Agência Pública sobre violência contra mulheres indígenas no Maranhão, realizadas em parceria com o Laborejo - Projeto de Extensão da UFMA. Como processo metodológico apostamos na mandala proposta por Santos (2023) que apresenta uma circularidade confluyente entre quatro dimensões comunicativas para realizar processos comunicacionais em território: mobilização, informação, auto-organização e educação popular. O artigo apresenta a riqueza do processo de elaboração da reportagem que levou em conta não somente o levantamento de informações, mas proporcionou vivências e trocas no território para refletir sobre a violência contra as mulheres e seus vários atravessamentos.*

Palavras-Chave: *Jornalismo insurgente. Escuta. Confluência.*

Abstract: *This work aims to outline the methodological process of listening as a means of fostering organicity in the development of insurgent communication and journalism, oriented toward mobilization and complementary to the territory. We analyzed two reports published by Agência Pública on violence against indigenous women in Maranhão, developed in partnership with Laborejo – a UFMA Extension Project. As a methodological process, we relied on the mandala proposed by Santos (2023), which presents a confluent circularity between four communicative dimensions to carry out communication processes in the territory: mobilization, information, self-organization, and popular education. The article presents the richness of a reporting process which considered not only the collection of information but also provided experiences and exchanges in the territory to reflect on violence against women and its various intersections.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Professora Adjunta de Jornalismo (UFMA/SLZ), Doutora em Estudos da Mídia (UFRN), sarah.fs@ufma.br

³ Professora Adjunta de Jornalismo (UFMA/SLZ) e professora permanente do PPGCOM (UFMA/ITZ). Doutora em Comunicação Social (UFMG), e-mail: maria.gcf@ufma.br

⁴ Professora Adjunta de Jornalismo (UFMA/SLZ), Doutora em Comunicação (UFF), e-mail: seane.melo@ufma.br

Keywords: *Insurgent Journalism. Listening. Confluence.*

1. Introdução

Neste trabalho, apresentamos uma discussão teórica e proposta metodológica para o fazer jornalístico partindo da articulação, de um lado, da contribuição conceitual desenvolvida por Santos (2023) e, de outro, das experiências desenvolvidas no Laboratório Experimental de Jornalismo (Laborejo) do Universidade Federal do Maranhão (UFMA)⁵. Desta forma, pretendemos delinear o processo metodológico da escuta como a organicidade da relação, da participação e o enlace, que se dá quando os diferentes saberes se unem às práticas na elaboração de um processo comunicativo e jornalístico. Analisamos uma experiência de produção de jornalismo, parceria entre o Laborejo e a Agência Pública⁶ que resultou em duas reportagens “Terra e corpo em risco: violência mais que dobra quando a vítima é mulher indígena no MA” e “‘Macho para quem?’ Companheiros são maioria entre agressores de mulheres indígenas no MA”. Os textos foram assinados por Gisa Carvalho, Layane Jamille Garcêz Santos, Sarah Fontenelle Santos e Sylmara Durans, edição de Ludmila Pizarro.

O tema central da reportagem é a violência contra mulheres indígenas no Maranhão e o campo de pesquisa foi construído em diálogo com as mulheres do Território Indígena Taquaritiua, no município de Viana, interior do estado. O território é um espaço de memória, resistência, com a produção de modos próprios de existência que articulam corpo, terra e coletividade. Como em outros territórios indígenas do estado, a vida comunitária é atravessada por disputas históricas relacionadas à demarcação, à proteção ambiental, ao acesso a políticas públicas e ao enfrentamento de violências que incidem de maneira particular sobre mulheres indígenas.

Aqui nos interessa, além do produto comunicacional, representado pelas reportagens jornalísticas, o percurso pelo qual as repórteres passam, bem como os enlaces no caminho.

⁵ O Laborejo atua como espaço formativo, investigativo e extensionista, articulando ensino, pesquisa e prática jornalística.

⁶ É uma agência de notícias criada por mulheres, em 2011, cujo propósito é investir em reportagens de profundidade e investigativas. Trabalha com jornalismo independente que pauta questões como corrupção, crises ambientais e sociais, dentre outros. Entre seus valores se encontram a promoção dos direitos humanos, o direito à informação e a construção da igualdade de gênero.

Por isso, realizamos um trançado metodológico que parte dos princípios da pesquisa-ação (Thiollent, 1986) como sedimento da mandala das confluências comunicativas (Santos, 2023) para analisar o percurso comunicativo desde os primeiros contatos, entrevistas, rodas de conversa, culminando nas reportagens.

Ao assumir a pauta da violência contra mulheres indígenas no Território Taquaritiua, o Laborejo mobilizou uma metodologia de jornalismo de profundidade que combinou levantamento e cruzamento de dados públicos, análise documental, entrevistas com lideranças e defensoras das causas indígenas, além da escuta direta e prioritária das mulheres do território.

Neste trançado desfazemos noções engessadas da racionalidade técnica que orienta o fazer jornalístico e comunicacional, pois, tal como afirma Fanon (1965), o processo de quebra da colonialidade é ato de desaprendizagem. Qualquer área do conhecimento que busque estar a serviço do território, seja por meio de pesquisas ou de atividades de extensão, precisa desaprender a lógica da colonialidade que tem dado sustentação ao modo de produção capitalista, para reaprender, junto destes territórios, novos conhecimentos e práticas.

Este artigo se organiza em torno da seguinte questão central: de que maneira uma prática de jornalismo, ancorada na apuração rigorosa de dados públicos e na escuta prioritária das mulheres indígenas do Território Taquaritiua, pode produzir informação de credibilidade sem reproduzir lógicas coloniais de enquadramento?

Para desenvolver nossa proposta, organizamos o artigo da seguinte forma: inicialmente, recuperamos contribuições clássicas do jornalismo estadunidense (Tuchman, 1999; Schudson, 1994) para situar como a entrevista e as fontes vêm sendo compreendidas no Jornalismo, e apresentamos alguns caminhos divergentes já propostos por pesquisadoras brasileiras da área. Na sequência, apresentamos a proposta da mandala de confluências comunicativas e analisamos como as suas pétalas, com atenção especial para a “pétala da informação”, puderam florescer na experiência de campo do Laborejo.

2. Fontes e entrevistas: outras cosmopercepções para o jornalismo anticolonial

“A entrevista é o ato fundamental do jornalismo contemporâneo”. (Schudson, 1994, p. 565, tradução nossa)⁷. É com essa afirmação que o historiador estadunidense Michael Schudson inaugura sua breve história da entrevista no jornalismo em um texto de 1994. Com as plataformas de redes sociais digitais e as tecnologias de comunicação, surpreende que a entrevista continue e até mesmo tenha ampliado seu espaço, seja no fazer jornalístico ou na produção de “conteúdos” online.

Naquela investigação, Schudson (1994) se questionava sobre como uma prática desconhecida para os jornalistas estadunidenses do início do século XIX teria se tornado a peça central do ofício. Para responder a essa pergunta, o historiador dá outro passo importante ao diferenciar a entrevista jornalística de qualquer outro tipo de encontro ou de conversa entre duas pessoas. Segundo ele, a entrevista não poderia ser confundida com uma mera interação que visasse a extração de informações, mais que isso, precisaria corresponder a três normas: 1) funcionar como investigação e teste ao mesmo tempo: “A entrevista testa não apenas a veracidade da fonte, mas também sua consistência com as visões de outros no mesmo partido, agência ou administração, bem como a autoconsistência com suas próprias crenças expressas anteriormente.” (Schudson, 1994, p. 567, tradução nossa⁸); 2) consistir em uma relação triádica na qual o público funcionaria como a terceira parte invisível; e 3) ter uma relação de poder como quadro central da operação: “A dependência do repórter das palavras e visões do entrevistado para sua reputação, ou mesmo sustento, se contrapõe à vulnerabilidade do entrevistado à exposição pública ou à sua necessidade de reconhecimento público, controlado pelo jornalista.” (Schudson, 1994, p. 568, tradução nossa⁹). Como vemos, as contribuições do autor garantem uma leitura mais complexa da prática da entrevista no jornalismo, mas não se propõem a questionar ou tensionar a relação do repórter com as pessoas entrevistadas.

Ainda que Schudson tenha se firmado como uma referência importante para os estudos de jornalismo, especialmente em relação ao estabelecimento da “objetividade” como um paradigma da profissão, outra autora estadunidense se tornou um clássico em estudos de

⁷ No original: “The interview is the fundamental act of contemporary journalism”, (Schudson, 1994, p. 565).

⁸ No original: “The interview tests not only the source’s veracity but his or her consistency with the views of others in the same party, agency or administration, as well as self-consistency with his or her own previously expressed beliefs.”, (Schudson, 1994, p. 567).

⁹ No original: “The reporter’s dependence on the words and views of the interviewee for his or her reputation, or even livelihood, balances against the interviewee’s vulnerability to public exposure or need for public recognition controlled by the journalist.” (Schudson, 1994, p. 568).

fontes e objetividade. O trabalho de Gaye Tuchman (1999) que defende que a objetividade jornalística é um ritual estratégico — apesar de muito citado e quase sempre vinculado a uma lógica positivista da profissão — traz *insights* valiosos da experiência antropológica da autora em uma redação jornalística.

Entre os quatro procedimentos estratégicos que Tuchman (1999, p. 82) identifica para redução dos perigos de processos judiciais contra os jornalistas e para que uma notícia possa ser lida como objetiva, o que mais nos interessa é o “uso judicioso das aspas”. Esse procedimento se refere à prática de citar opiniões de outras pessoas com o intuito de deixar os “fatos” falarem. “O uso de citações para fazer desaparecer a presença do repórter da notícia estende-se ao uso das aspas como instrumento de sinalização.” (Tuchman, 1999, p. 82). Esta afirmação parte da observação das crenças dos profissionais, não de uma reafirmação de qualquer possibilidade de fazer desaparecer o jornalista, já que, como ela mesma aponta, o termo “objetividade” parece ser usado apenas defensivamente.

A pesquisa de Tuchman, originalmente publicada em 1972, já insinuava que a “objetividade jornalística” não se sustentaria como fundamento teórico. Mas isso não impediu que se tornasse um paradigma continuamente reforçado e desafiado, inclusive utilizando a contribuição de Tuchman como referência de como a busca da objetividade se realizaria na prática.

No Brasil, uma contribuição importante de desafio a essa noção é a de Veiga da Silva e Moraes (2019). Para chegar à crítica à objetividade jornalística, as autoras partem da compreensão do jornalismo como forma de conhecimento que, assim como o conhecimento científico ocidental, parte de um paradigma (moderno/colonial/positivista), de um sistema mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista e de uma epistemologia colonialista. Isto quer dizer que os critérios tradicionalmente usados para validar o conhecimento incluem a separação entre sujeito e objeto, a objetividade como sinônimo de neutralidade e a noção de um conhecimento imparcial e universal, desvinculado de um corpo e de sua localização no espaço.

Segundo as autoras, estas balizas que ancoram o conhecimento positivista permitem que o jornalismo seja descontextualizado dos sistemas de poder e de saber que regem as políticas da sociedade, bem como das racionalidades e condições epistêmicas mais amplas nas quais está interseccionado em suas formas prevalentes de conhecer e de produzir conhecimentos. Como resposta a esse cenário:

Propomos um jornalismo que inscreva o sujeito como central nos processos cognitivos de leitura da realidade, rompendo com a noção de neutralidade e universalidade na qual se assenta epistemologicamente. Um jornalismo de subjetividade que se aproxime da noção de objetividade situada de Donna Haraway, que trata da “localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto”, e indica os modos como “podemos nos tornar responsáveis por aquilo que aprendemos a ver” (Veiga da Silva; Moraes, 2019, p. 14)

Enquanto Veiga da Silva e Moraes (2019) acionam a crítica feminista para o desenvolvimento desta proposta, Guimarães (2019) parte da cosmologia ameríndia, especialmente por meio das contribuições do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, para propor também uma alternativa conceitual ao binarismo “jornalismo de isenção”/ “jornalismo ativista”:

[...] uma invenção possível de jornalismo inspira-se justamente no xamanismo, essa prática-vida de tradução do mundo que possibilita o diálogo transespecífico nas cosmologias ameríndias. E está no xamanismo, como inspiração, por ao menos alguns motivos: pela legitimidade e reconhecimento da natureza performática da tradução de mundos realizada, pela própria natureza dessa performance, por atuarem os xamãs em mundos em constante imprevisão e pelo modo como encaram o outro – como próprio. (Guimarães, 2019, p. 6).

Na mesma linha dos esforços que vêm sendo conduzidos pelas pesquisadoras aqui citadas, encaramos nossa proposta como mais uma confluência em busca de um jornalismo anti-colonial e, mais amplamente, de uma comunicação insurgente.

3. Mandala: florescer nas potências do jornalismo popular e insurgente

A mandala instrumentalizada na experiência do Laborejo que relatamos neste artigo foi elaborada no contexto dos estudos da tese “Comunicação popular e insurgente da Boa Esperança: circularidade entre território, memória e histórias de vida em ‘Lagoas do Norte Pra Quem?’”, defendida por Santos em 2023 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O trabalho observou que a comunicação na comunidade Boa Esperança era tecida na integralidade da vida à beira rio, junto aos encantados, à espiritualidade, às táticas e estratégias de lutas, portanto, na re-existência contra a exploração do capitalismo e suas

sucessivas tentativas de expulsão da comunidade de seu território. Estamos falando de uma comunicação que não despreza o invisível e o sensível. Integral, pois harmônica e de bioconvivência com a natureza, o cosmos e a diversidade humana. Sensível, pois implica em “uma estratégia de aproximação das diferenças” (Sodré, 2006, p. 11), do ajustamento afetivo que nada deve, segundo o autor, à racionalidade crítico-instrumental.

Na ocasião do tecimento da tese, foi elaborada uma mandala inspirada na flor de lótus – uma simbologia da forma simétrica integral que traz, no seu bojo, a capacidade de novos desdobramentos e novos florescimentos. Outros conhecimentos que compõem este trançado são as compreensões de Káplun (1985) sobre a necessária aproximação entre comunicação, mobilização e educação, além de Nêgo Bispo dos Santos (1985) e as noções de circularidade e confluência. Compondo a flor, quatro pétalas formam uma comunicação integral e sensível, à serviço de um jornalismo popular e insurgente, implicado nas lutas do território e na elaboração da palavra coletiva. *Mobilização, organização, educação popular e informação.*

A seguir explicamos as quatro pétalas da mandala, segundo Santos (2023), que nos orientam nesta metodologia para fazer jornalismo e comunicação desde as vozes do território.

a) Mobilização: A comunicação é mobilização quando partilha de sentidos e horizontes comuns. Entendemos que a comunicação mobiliza diferentes táticas emaranhadas nos saberes populares para construir um projeto de vida justo e solidário.

b) Organização: Sobre esta pétala entendemos que não basta mobilizar os horizontes e afetos comuns: “é preciso fortalecer a organização popular para gerar autonomia e solidez nas ações coletivas”. (Santos, 2023, p. 133).

c) Educação Popular: Aqui não se trata de qualquer processo educativo, senão um fundamentado na concepção e no método freireano da educação popular. A mobilização e a auto-organização popular. Trata-se de uma comunicação que educa a partir dos saberes do território e anuncia a esperança a partir da ação dos seus sujeitos.

d) Informação: Esta pétala compreende “o conteúdo elaborado e sistematizado coletivamente, que passa então a ser divulgado como a expressão comunitária, seus anseios, reivindicações e compreensões da realidade.” (Santos, 2023, p. 133).

Convocamos a mandala das confluências comunicativas para dialogar com o método da escuta para a construção do direito de dizer a palavra coletiva porque contribui para pensar

o território na condição de sujeito, para além de encarnar o lugar da fonte passiva. Quer dizer, território é sujeito porque é capaz de se auto-organizar em defesa de suas demandas por meio de um processo de educação popular, fazendo da informação instrumento para leitura da realidade, que pode levar à mobilização. É uma circularidade que conflui para ensaiar um jornalismo insurgente e potente na narrativa do território.

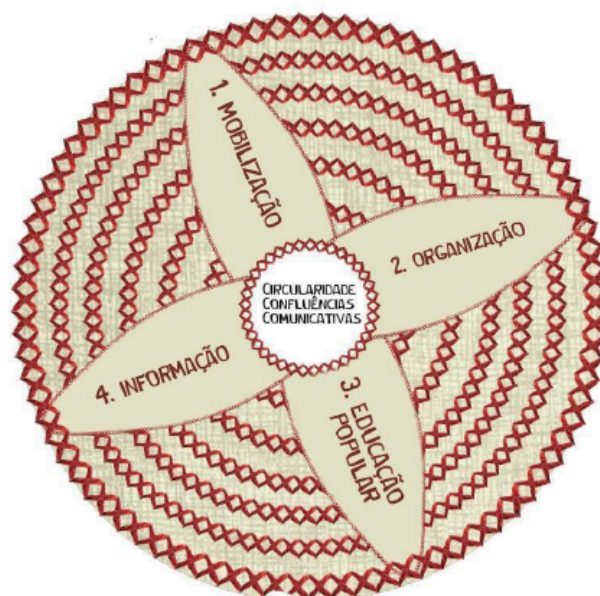


FIGURA 1 – Mandala Comunicativa de Lótus
FONTE – SANTOS, 2023.

Resumi estas potências comunicativas por meio da seguinte lótus de 4 pétalas, onde outras pétalas também podem florescer. A escolha da lótus se dá justamente por ela imitar a simetria no universo, cada conjunto de pétalas nasce uma dentro da outra repetindo a circularidade de sua forma. A repetição se dá não como permanência, mas na iminência, como pretensão de anunciações, na condição de circularidade que a linguagem insurgente promove. Ela pode ser entendida como uma pedagogia de lótus, onde florescem táticas comunicativas formativas, pois sua potência enunciativa envolve modos e usos de organização e atuação, que implica em transformação por meio de uma comunicação popular e insurgente. O desenho foi feito em parceria com o comunicador popular, colaborador do OcorreDiário, José Valmir Macêdo. (Santos, 2023, p. 134).

Segundo Santos (2023), a mandala traz a confluência da circularidade comunicativa, um diálogo a partir de palavras germinantes plantadas por Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo. A circularidade é para os povos contra-colonialistas, ou seja, aqueles que sempre

resistiram para existir em seus modos de vida e saberes diante da colonialidade e ao sistema-mundo capitalista, ao mesmo tempo, um modo de ser, fazer e saber. Para o quilombola,

As manifestações culturais dos povos afro-pindorâmicos pagãos politeístas são organizadas geralmente em estruturas circulares com participantes de ambos os sexos, de diversas faixas etárias e número ilimitado de participantes. As atividades são organizadas por fundamentos e princípios filosóficos comunitários que são verdadeiros ensinamentos de vida. É por isso que no lugar dos juízes, temos as mestras e os mestres na condução dessas atividades (Santos, 2015, p. 41).

Já a confluência, palavra também cultivada por Bispo dos Santos (2015), traz como metáfora a capacidade de fazer com que diferentes trechos de rios se encontrem para se transformarem em um rio muito mais caudaloso e forte. Aqui, podemos entender a confluência como a possibilidade da interculturalidade, processo pelo qual há horizontalidade e respeito entre os diferentes. Confluir, podemos dizer, é desaguar *com* e *ser mais*. *Ser mais* no pensamento freireano (1987) é a vocação para fazer e refazer, criar e recriar, é diálogo que promove o encontro entre as pessoas em um que-fazer de esperança. Se a confluência é a lei, segundo o quilombola, que rege a relação entre os elementos da natureza e ensina que “nem tudo que se ajunta se mistura”, podemos dizer que é também diálogo para que as diferentes vidas possam se fazer e refazer. Os diferentes em circularidade não deixam de ser quem são, mas em diálogo, podem ser mais. A comunicação e o jornalismo, portanto, não perdem sua capacidade e sua potência ao dialogar com o território, mas podem passar a ser mais em diálogo.

A comunicação, neste sentido, é também movimento, pois mobiliza coletividades rumo ao comum, não um comum homogeneizador, mas aquele que possibilita a elaboração de uma palavra insurgente na defesa dos territórios. Podemos também trazer para a discussão o conceito do Bem Viver que aprendemos com os povos indígenas da América Latina (Abya Yala), em que um dos princípios é a complementaridade. A confluência e a complementaridade podem ser convidadas a semear diálogo entre os diferentes para construir novas histórias perante um mundo individualista que sequestra as subjetividades em nome do lucro. Uma comunicação que convida à complementaridade é aquela que não anula saberes e

conhecimentos de diferentes lugares e povos. Além disso, não suplanta a necessidade da interseccionalidade de gênero, raça e classe social.

Porém, se o Viver Bem/Bom Viver é uma resposta civilizatória à desumanização capitalista-(neo)colonial, a Comunicação para o Viver Bem/Bom Viver é a resposta à funcionalização dos processos de comunicação a esses sistemas, já que não é possível uma nova era com sistemas sequestrados por um sentido empresarial-utilitário da liberdade de expressão, ou com meios que ofuscam as identidades múltiplas, exaltam o individualismo, fomentam o culto ao medo, e banalizam a vida encobrindo mediaticamente golpes suaves e duros à democracia (Contreras, 2016, S/P).

De acordo com as confluências da mandala, esta comunicação é mobilizadora, pois entrelaça diferentes saberes e táticas para construir um projeto de vida justo e solidário. Com este intuito, acionamos esta abordagem como proposta metodológica na construção das reportagens “Terra e corpo em risco: violência mais que dobra quando a vítima é mulher indígena no MA” e “‘Macho para quem?’ Companheiros são maioria entre agressores de mulheres indígenas no MA”, com foco no processo da escuta, como uma transcendência da prática de consulta às fontes e entrevista jornalística por meio do enlace entre diferentes saberes.

4. A pétala da informação: rigor metodológico, jornalismo de dados e credibilidade na construção da notícia

A construção de uma reportagem tem como ponto de demarcação inicial, a construção da pauta. É claro que não é aí que uma reportagem começa a ser produzida. A pauta é, como discute Moraes (2022), o espaço em que elaboramos toda a nossa experiência e leitura de mundo, definindo a construção daquilo que o jornalismo nos oferece como possibilidade. Não é uma ferramenta, nem se restringe a ser uma etapa técnica do trabalho. É o momento em que materializamos nossas ideias e propostas de enquadramento, colocadas em diálogo com os processos de apuração.

No caso das duas reportagens abordadas aqui, a pauta foi organizada a partir de reuniões do projeto de extensão laboratorial, quando estudantes apresentavam suas sugestões de assuntos que precisam de visibilidade e que nem sempre encontram nos veículos de mídia comerciais. Desde a definição da pauta, o trabalho foi orientado por um enquadramento

jornalístico comprometido com a interseccionalidade entre gênero, raça e território. A informação, nesse contexto, não é neutra, mas posicionada. Esse posicionamento, longe de comprometer a credibilidade, constitui-se como elemento central para sua legitimidade social.

Ainda de acordo com Moraes (2022), acionar os aspectos de subjetividade no jornalismo não significa desprezar os dados e os fatos concretos, mas sim demarcar, de forma situada, o lugar de onde falamos e o enquadramento que realizamos. E isso se faz no momento da pauta. Como em todo processo de enquadramento, faz-se uma escolha.

Entendo que é na construção da pauta que podemos materializar uma série de decisões importantes para o fortalecimento de um jornalismo posicionado e que seja capaz de restaurar uma humanidade craquelada ou destruída já no processo de colonização, exploração e subjugamento de populações. (Moraes, 2022, p. 27)

A partir desse entendimento, são organizados os fundamentos orientadores de trabalho. Como já discutido aqui, reconhecemos que, historicamente, os modos de fazer do jornalismo operam a partir de uma lógica colonial. Ao sustentar a objetividade como sinônimo de veracidade e neutralidade, essa lógica contribui para a permanência de apagamentos históricos, reforça estereótipos e produz novas formas de silenciamento. Portanto, ainda que no campo do jornalismo a informação costume ser compreendida como núcleo central da prática profissional, na perspectiva aqui adotada, ancorada na mandala das confluências comunicativas, a informação não se reduz a um dado isolado nem a um produto finalizado, mas constitui-se como processo social, relacional e ético, construído a partir da escuta, da apuração criteriosa e da responsabilidade com os territórios e pessoas envolvidas.

Nesse sentido, a pétala da informação articula-se às demais potências da mandala, especialmente à escuta e à educação popular, compreendendo o jornalismo como prática situada, comprometida com a visibilidade pública de temas historicamente silenciados e com a produção de sentidos que possam contribuir para a transformação social. É o caso do tema da violência contra as mulheres indígenas.

Quatro casos de feminicídios contra mulheres indígenas no Maranhão, sendo três deles em agosto de 2024, acenderam um alerta. Desses que só costumam chegar à visibilidade em casos fatais – e em quantidade, segundo os padrões daquilo que o jornalismo comercial e as teorias da área chamam de “valor-notícia”. Coletivos e movimentos de mulheres indígenas vinham realizando encontros, marchas e debatendo o problema da violência de gênero,

sempre acompanhada do racismo e dos estigmas que situam nos povos originários as marcas de “pessoas violentas”, “selvagens”, “dominadas pelo alcoolismo”. Estigmas esses que contribuem para distanciar essas pessoas das políticas públicas e das estratégias de solução. Diante disso, a informação, portanto, emerge como resultado de um percurso investigativo que combina jornalismo de dados, pesquisa documental, entrevistas em profundidade e reflexão ética permanente.

Para realizar a combinação da informação, da apuração dos dados, com a quebra daquilo que se ensina a fazer de forma acrítica sob o argumento da “imparcialidade”, consideramos a produção como aquilo que Moraes (2022, p. 36) chama de “uma produção jornalística insurgente”. Para tal, em diálogo com Ijuim (2012) e sua defesa de um jornalismo que “supera o olhar que violenta”, Moraes considera que é impossível “esvaziar-se de preconceitos”, devido às complexidades cotidianas que criam e atualizam estigmas. Em vez disso, o caminho proposto é o de questionamento aos mecanismos que sustentam e promovem a manutenção de estereótipos das estruturas de poder.

Isto posto, a produção das reportagens analisadas foi orientada por um trabalho sistemático de levantamento, organização e cruzamento de dados provenientes de diferentes instituições públicas, especialmente dos campos da saúde, da justiça, do ensino e da pesquisa. Esse movimento foi fundamental para evidenciar a dimensão estrutural da violência contra mulheres indígenas no Maranhão, superando abordagens episódicas ou meramente factuais.

Os dados públicos disponibilizados pelo DataSUS, com sistematização e apoio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), constituíram uma base central para a investigação. A análise dessas informações exigiu domínio técnico para a leitura cruzada das planilhas e a leitura crítica das lacunas, das subnotificações e dos limites históricos desses sistemas quando se trata de populações indígenas. Para tanto, é sabido que os números sozinhos são esvaziados de significado, bem como a escuta das fontes sem a sustentação dos dados. Mas também sabemos que os dados em si não são um retrato numérico da realidade. Em vez disso, eles representam também um trabalho de registro que evidencia uma situação em que se reconhece a subnotificação como mais um dado a ser considerado. A ausência ou precariedade de registros torna-se elemento analítico relevante, revelando as desigualdades institucionais que atravessam a produção oficial da informação.

O cruzamento dessas bases com dados do sistema de justiça, documentos institucionais e pesquisas acadêmicas permitiu construir um panorama mais complexo e consistente, no

qual os números dialogam com contextos sociais, políticos e territoriais. Assim, a informação deixa de ser entendida como evidência neutra e passa a ser tratada como construção situada, atravessada por relações de poder, silenciamentos e disputas de narrativa.

Ao mobilizar dados públicos para revelar a incidência desproporcional da violência contra mulheres indígenas, o jornalismo de dados assume, neste trabalho, um papel explicitamente cidadão. Os números não são apresentados como fim em si, mas como instrumentos de visibilidade, denúncia e sensibilização pública. Trata-se de um uso dos dados comprometido com o direito à informação e com o fortalecimento do debate público qualificado. Os números não existem sozinhos, mas em perspectiva. O jornalismo exige a comparação como justificativa. Um assassinato, nos padrões jornalísticos, também não fala por si só. É preciso comparar, proporcionalizar. Para evidenciar que a violência contra as mulheres indígenas é 145% maior que contra outras mulheres. E, sim, é uma realidade escandalosa e que precisa ser evidenciada.

O trabalho de apuração parte do levantamento e do cruzamento de dados públicos disponíveis no DataSUS, com sistematização a partir do Sinan, permitindo a comparação entre incidências registradas entre mulheres indígenas e não indígenas no Maranhão. A proporcionalização foi elemento central do enquadramento jornalístico, uma vez que evidenciou desigualdades estruturais invisibilizadas pela leitura absoluta dos números. Como aponta a reportagem, “uma mulher indígena tem 2,4 vezes mais chance de sofrer algum tipo de violência do que uma mulher não-indígena no Maranhão”. A informação, nesse sentido, não é apenas quantitativa, mas interpretativa: ela revela a dimensão sistêmica da violência e sustenta a relevância pública do tema.

Essa perspectiva rompe com abordagens tecnicistas do jornalismo de dados, que frequentemente privilegiam visualizações sofisticadas em detrimento da contextualização social e histórica. Aqui, os dados são permanentemente tensionados pelas narrativas das mulheres indígenas, pelas análises das pesquisadoras antropólogas da UFMA e pelos posicionamentos de entidades defensoras dos direitos indígenas e das mulheres, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Associação de Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA). Essa articulação impede que os números operem como abstrações descoladas da vida concreta.

5. Entrevistas, escuta e a centralidade das mulheres indígenas

Neste artigo, tecemos nossa reflexão a partir, notadamente, da pétala da informação. No entanto, cabe ressaltar que esta ênfase representa apenas uma escolha didática para a apresentação da experiência. Na metodologia que propomos, uma pétala não sobrevive sem a outra se a intenção é a elaboração da palavra coletiva, tendo como protagonista o território. Além de informar, esta comunicação também trabalha nos eixos da mobilização, da auto-organização e da educação popular.

A pétala da informação dialoga fortemente com os dados quantitativos, mas não se constrói sem a apuração qualitativa baseada em entrevistas e na escuta atenta. Quer dizer, a escuta das mulheres indígenas constituiu o eixo estruturante da apuração. Foram ouvidas antes e mais do que quaisquer outras fontes institucionais. Essa escolha metodológica desloca o lugar tradicional da autoridade informativa e reconhece as protagonistas como produtoras de conhecimento. Quando a reportagem evidencia que “para as mulheres indígenas, corpo e território são uma coisa só”, o texto oferece um depoimento e uma chave interpretativa. A narrativa jornalística incorpora a já mencionada cosmopercepção que articula violência, território, saúde e espiritualidade, ampliando o horizonte de compreensão para além das categorias jurídicas ou estatísticas.

Partindo disto, foi proposta uma roda mista, onde diversas comunidades do Território Indígena Taquaritiua se fizeram presentes na Aldeia Cajueiro Piraí. A roda de conversa se chamou “Comunicação e cuidado para o fortalecimento territorial no enfrentamento à violência contra mulheres indígenas”.



FIGURA 2 – Placa de identificação do Território Indígena Taquaritiua
FONTE – Laborejo, 2025.

Este momento foi idealizado inicialmente pelo Grupo de Extensão Laborejo e por uma mulher indígena do território. A atividade mobilizou homens, mulheres, crianças e pessoas idosas, assim como representantes da espiritualidade e do conselho indígena local, todas as pessoas ali preocupadas com o fato de que a violência está dentro do território. Diversos foram os relatos que apontaram causas desta situação, tais como invasão do território por parte, sobretudo, do agronegócio, com seus valores divergentes aos da cosmo percepção originária; o alcoolismo; a falta de amparo do estado; a falta de informação e de conversas claras e adequadas à realidade local. Também foram diversas as soluções comunitárias propostas, como, por exemplo, manter grupos mistos para continuar a falar sobre o tema, necessidade de amparo à saúde mental tanto para mulheres como para homens, processos educativos, dentre outros. Nestes termos, a comunicação mobilizou afetos compartilhando compreensões, sentidos de mundo e horizonte comum.



FIGURA 3 – Convite para o encontro
FONTE – Laborejo, 2025.

Ao lado da mobilização, é imprescindível que haja a auto-organização popular, pois não se mobiliza no vazio. É necessário pensar no projeto presente para manter unidas as pessoas que almejam as mudanças. Uma comunicação que contribui para a organização fortalece a autonomia e a solidez das ações coletivas. Esta organização se dá, em geral, por meio de uma educação orgânica, aqui chamada de educação popular fundamentada em Paulo Freire, trazendo sempre questões geradoras, antes de trazer respostas prontas a serem depositadas em sujeitos apáticos.

A educação popular se inicia nas trocas diárias, no testemunho, no trabalho, na palavra que circula para questionar o mundo. Podemos considerar que o processo educativo se iniciou muito antes da roda de comunicação e cuidado, nos encontros de elaboração que também serviam de contexto para compreensão dos territórios, das complexidades e das especificidades, que permitiram também um olhar mais apurado na escrita do material jornalístico. Neste caso, o processo é educativo também para as mulheres acadêmicas e universitárias, pois naquele momento aprendemos a fazer comunicação e jornalismo junto com o território.

A atividade não tinha exatamente um circuito fechado de começo-meio-fim. Na verdade, todo o processo guarda centelhas informativas e relações sensíveis e afetivas que se desdobram na proposta de uma comunicação que se integraliza no território e promove ação, participação e reflexão sobre a realidade. Toda a rotina, desde a preparação para a roda de conversa, com os planejamentos e organizações prévias, incluindo o caminho para o território, os encontros, as conversas e as instruções, fez parte dessa construção, que, neste artigo, culmina no texto jornalístico. Na cozinha, para o preparo do almoço que seria servido às pessoas participantes, as mulheres se encontraram pela manhã, e se iniciaram os primeiros fuxicos sobre a condição das mulheres-sementes — como chamamos durante o encontro. Mulheres-sementes com seus corpos-territórios, que germinam possibilidades, embora crua a realidade.

É neste processo educativo que também encontramos um esperançar histórico para um mundo sem violência de gênero. Para Freire:

Esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo. A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica, sem ela não haveria história, mas puro determinismo. Só há história onde há tempo problematizado e não pré-dado, a inexorabilidade do futuro é a negação da história (Freire, 1996, p. 29).

Sendo a esperança o condimento para a experiência histórica e não sendo possível esperançar isoladamente, sem que os sujeitos históricos estejam irmanados no mesmo projeto e problematizando o mundo para compreendê-lo conjuntamente, é que saímos da cozinha para levar as preocupações para a roda coletiva.

A cozinha é um local historicamente marcado pela subalternização das marcações de gênero. Entretanto, é possível fazer deste local um território político, quando nos propomos a estar nos locais onde a vida real pulsa e dói, com respeito e paciência histórica. A cozinha é um lugar de resistência em sua base de constituição. Assim como é o fuxico. Esse movimento de partilha íntima, cuidadosa. É a troca de um segredo no espaço que Hill Collins (2019) chama de Espaço Seguro, ou seja, um lugar onde encontramos nossas iguais. Em resistência, em dores, e angústias, mas também nas alianças, nas táticas e nas estratégias. Sendo um lugar com marcação de gênero socialmente definida, é, certamente, um dos lugares mais confortáveis para acolher as parcerias de mulheres.

Além do mais, alimentar-se e alimentar as outras pessoas é também um ato político. Na roda, onde os diferentes gêneros se encontram, aí se fala das tarefas domésticas, mesmo ainda sendo uma questão sensível.

Algumas das questões geradoras que fundamentaram o encontro: Quem sou eu homem/mulher/menino/menina? Como eu mulher/homem/menino/menina me sinto no território? Como eu cuido do meu corpo-terra? Como eu cuido do meu corpo-mulher/homem? Como eu cuido das mulheres do território? No segundo momento do encontro, a proposta era construir um processo comunicativo de emancipação, então a primeira questão-geradora foi colocada na perspectiva de uma comunicação para prevenção: Como construir uma comunicação capaz de cuidar do território e das suas sementes meninas e mulheres? Após este momento, sugerimos uma oficina de fotografia, cuja problematização foi “Como construir imagem de mulheres e meninas fortes no território?”. Um dos instrumentos metodológicos utilizados neste momento foi a prática do Teatro-imagem, uma técnica do Teatro do Oprimido, que estimula a construção de uma imagem coletiva para problematizar a realidade. A partir daí, foram formados quatro grupos que se distribuíram na aldeia para construção de uma imagem que se transformaria em fotografia.

As entrevistas com as mulheres indígenas foram realizadas após a roda de conversa e a oficina. Neste caso, nos encontrávamos um tanto mais próximas da confiança necessária para estabelecer um diálogo, na priorização da escuta sensível e no respeito às diferenças - além das conversas iniciais realizadas anteriormente. É válido destacar a confluência na compreensão da pauta da violência contra as mulheres indígenas entre as entrevistadas, que apontavam a complexidade entre saúde, educação, informação, mas sobretudo, uma raiz mais profunda que se encontra no modelo da colonialidade capitalista, que por sua vez, se sustenta no racismo e no patriarcado.

É assim, no diálogo, que Pjhcree Akroá Gamella ensina sobre a relação da violência e o corpo-território, demonstrando a indissociabilidade das violências de diversas ordens que assolam a terra e o corpo. Diz ela: “Se uso um trator e reviro a fonte da juçara que existe há décadas no meu território, escavei um buraco na barriga de uma mulher e de um monte de criança ao tirar a maior fonte de alimentação delas. Quando compro um monte de búfalos e coloco no campo onde eu e meus filhos pescamos, matei não só os meus filhos, mas os filhos de outras mulheres”, (Carvalho *et al.*, 2025b, S/P) .

Taynara Caragiu, enfermeira indígena, corrobora com a noção apresentada por Pjhcree “A violência não é da cultura indígena, mas resultado do machismo do patriarcado, que é resultante da colonização”, (Carvalho *et al.*, 2025b, S/P). Ainda sobre os relatos coletados na reportagem, Rosimeire Diniz, mulher indígena e integrante do Conselho Indigenista Missionário do Maranhão (Cimi), ressalta que “as pressões do processo de colonização sofrido pelos povos originários atingem tanto homens quanto mulheres, provocando uma implosão nas relações interpessoais”, (Carvalho *et al.*, 2025b, S/P).

Gameleira, nome fictício para proteger a identidade da vítima, destaca a importância de investir no atendimento à saúde, especificamente à saúde mental. Lembrando de sua experiência, após agressão sofrida, ela afirma: “O acesso também não é fácil e falta muita informação para que esse direito (à saúde) chegue com prioridade ao indígena” (Carvalho *et al.*, 2025a, S/P). Ainda revelando a questão do enfraquecimento não somente do corpo físico, mas também da mente e do espírito, Bacabeira, lembra dos episódios de sofrimento: “Ele esmagava meu espírito. Eu não era a mesma mulher, me sentia fraca. Meu modo de pensar não era o mesmo, eu surtei”. Ela acrescenta que também teve dificuldade de acessar o sistema de saúde para se recuperar, mas foi em comunidade que ela encontrou a força. “A gente se expressa assim, nessa luta. A gente se fortalece e fortalece as parentes” (Carvalho *et al.*, 2025a, S/P).

A reportagem também documenta processos de auto-organização protagonizados pelas próprias mulheres indígenas. Durante encontro realizado em 2025, foram apresentadas propostas, como a criação de uma rede de atendimento às mulheres indígenas, a realização de diagnóstico aprofundado sobre a violência e a instituição de um conselho das mulheres indígenas. Ao registrar essas iniciativas, o jornalismo ultrapassa a denúncia episódica e evidencia a capacidade de articulação política das comunidades. A informação, nesse contexto, atua como registro de ação coletiva e como ampliação do debate público sobre políticas institucionais de enfrentamento.

Destacamos que o jornalismo insurgente a serviço do território e das causas populares se faz desde um processo de apuração criterioso empreendido para levantamento de dados e seu cruzamento em diferentes instituições, considerando os elementos técnicos que validam um trabalho de apuração e checagem. Além das mulheres indígenas, foram entrevistadas representantes de instituições oficiais, como a secretária adjunta de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Maranhão, uma delegada da mulher com atuação em território

indígena, a coordenadora da Casa da Mulher Brasileira em São Luís, a juíza responsável pela ouvidoria indígena no Tribunal de Justiça do Maranhão. Junto delas, ouvimos as mulheres da coordenação e membros da Amima, profissionais de saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) que atuam nos territórios e também são indígenas.

As entrevistas foram conduzidas a partir de uma postura de respeito aos tempos, aos silêncios e aos limites do que cada mulher desejava compartilhar. Nem tudo o que poderia ser narrado foi transformado em matéria jornalística, e essa escolha também integra o campo da informação, entendida como prática ética. Algumas histórias são contadas pelas vozes das mulheres. Outras, pelos silêncios. E os dados, no meio disso, são o caminho de reverberação institucional, o que convoca o jornalismo e seus modos de produção para se deslocarem até aquilo que é dito pelos corpos-territórios.

Houve o cuidado de respeitar aquilo que emergia das histórias e de tensionar esses relatos com os dados disponíveis, sem hierarquizar uma forma de conhecimento sobre a outra. Esse conjunto de vozes contribuiu para qualificar a análise e ampliar o alcance interpretativo da informação, sem deslocar o protagonismo das mulheres indígenas.

Os tensionamentos éticos estiveram presentes em todo o processo: como tornar visível uma violência estrutural sem reforçar estigmas? Como lidar com dados sensíveis sem revitimizar as mulheres? Como equilibrar o interesse público com o cuidado com os sujeitos e os territórios? Essas questões atravessaram a construção da informação e orientaram escolhas narrativas e metodológicas. A credibilidade da informação, assim, não se funda apenas na precisão dos dados ou na diversidade de fontes, mas na coerência entre método, ética e compromisso social. Trata-se de um jornalismo de profundidade que articula dados, documentos, entrevistas e reflexão crítica para produzir uma informação confiável, situada e socialmente relevante. Importa a organização do trabalho de modo que as entrevistas deixem de ser consideradas uma ferramenta de apuração e alcancem o seu lugar profundo de diálogo, deslocando a estrutura de perguntas e respostas para a compreensão circular de construção coletiva, como sugere a mandala.

A conjunção das quatro pétalas na busca pela elaboração de uma reportagem comprometida, complexa e de profundidade reafirma o jornalismo como prática de mediação entre territórios historicamente invisibilizados e a esfera pública. A informação produzida não se encerra na denúncia, mas busca contribuir para a sensibilização social e para a ampliação do debate público sobre a violência contra mulheres indígenas. A informação, nesse sentido,



floresce como prática coletiva, insurgente e cuidadosa. Uma pétala que sustenta e é sustentada pelas demais dimensões da mandala das confluências comunicativas.

6. Considerações finais

A experiência analisada neste artigo evidencia que a comunicação e o jornalismo, quando compreendidos como processo e não como produto acabado, exige deslocamentos metodológicos e éticos que tensionam o fazer jornalístico que se coloca como tradicional e hegemônico. Como vimos, tentativas de conceituar e propor mudanças na relação entre jornalistas e pessoas envolvidas na notícia já vêm sendo elaboradas. Neste sentido, compreendemos que as relações de poder e as finalidades meramente instrumentais da entrevista jornalística devem ser questionadas.

Para realizar esse questionamento no próprio fazer, convocamos a mandala das confluências comunicativas de Santos (2023) para nos guiar na busca por uma relação comunicativa mais integral e sensível. As pétalas da lótus que compõem a mandala revelaram-se, assim, inseparáveis para a conjunção de uma comunicação integral e sensível, pautadas pela: escuta qualificada, mobilização coletiva e os tensionamentos éticos.

No que tange à informação, os dados do Sinan e do DataSUS evidenciaram desigualdades estruturais; as entrevistas com defensoras e lideranças indígenas ampliaram o horizonte interpretativo; e as falas das próprias mulheres do território deslocaram categorias analíticas, incorporando compreensões que articulam corpo, território e violência. Ao registrar iniciativas de organização e enfrentamento protagonizadas por essas mulheres, o jornalismo ultrapassou a lógica da denúncia isolada e contribuiu para a visibilidade de processos políticos em curso.

As questões que emergem desse percurso apontam para desafios futuros: como aprofundar metodologias jornalísticas que integrem dados e escuta sem hierarquizá-los? Como fortalecer práticas formativas no âmbito universitário que assumam a comunicação como direito e como dimensão da cidadania? E, sobretudo, como ampliar a incidência social dessas narrativas para que a visibilidade produzida pelo jornalismo se traduza em políticas públicas, proteção territorial e garantia de direitos para as mulheres indígenas? Sem a pretensão de apresentar respostas universais, apostamos nas metodologias que fortaleçam uma comunicação mobilizadora disposta a elaborar coletivamente as narrativas que foram

historicamente invisibilizadas ou mesmo esvaziadas de seus conteúdos, mascarando a complexidade deles.

Referências

- CARVALHO, Gisa *et al.* “Macho para quem?”: Companheiros são maioria entre agressores de mulheres indígenas no MA. **Agência Pública**, 19 ago. 2025a. Disponível em: <https://apublica.org/2025/08/marido-e-principal-agressor-de-mulheres-indigenas-no-maranhao/>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- CARVALHO, Gisa *et al.* Terra e corpo em risco: violência mais que dobra quando a vítima é mulher indígena no MA. **Agência Pública**, 21 ago. 2025b. Disponível em: <https://apublica.org/2025/08/terra-e-corpo-em-risco-violencia-mais-que-dobra-quando-a-vitima-e-mulher-indigena-no-ma/>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- CONTRERAS, Adalid Baspinero. A comunicação e o paradigma do Viver Bem/Bom Viver. **Agencia Latinoamericana de Información (ALAI)**. 18 jul. 2016. Disponível em <<https://www.alai.info/178879-2/>>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- BISPO, Antônio dos Santos. **Colonização, quilombo**: modos e significações. Brasília: Unb, 2015.
- GUIMARÃES, Lara Linhalis. Jornalistas e xamãs: a performance na cosmologia ameríndia e a invenção de um jornalismo diferenciante. In: **Anais do 28º Encontro anual da COMPÓS**, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos..., Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/jornalistas-e-xamas-a-performance-na-cosmologia-a-merindia-e-a-invencao-de-um-jor?lang=pt-br>. Acesso em: 12 jan. 2026.
- KAPLÚN, Mário. **El comunicador popular**. Colección Intiyan, Ediciones CIESPAL, Quito, Equadro, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25.ed. Paz e terra, 1996.
- MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática jornalística e o "novo" Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- SANTOS, Sarah Fontenelle. **Comunicação popular e insurgente da Boa Esperança**: entre território, memória e histórias de vida em "Lagoas do norte para quem?". Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 263. 2023.
- SCHUDSON, Michael. Question Authority: A History of the News Interview in American Journalism, 1860s–1930s. **Media, Culture & Society**, 16(4), 565-587. <https://doi.org/10.1177/016344379401600403>.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1986.
- TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.
- VEIGA DA SILVA, Marcia; MORAES, Fabiana. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: **Anais do 28º Encontro anual da COMPÓS**, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos..., Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 12 jan. 2026.